



## Apresentação

“São nove Estados Unidos, Crescentes, fortalecidos  
Onde o Brasil começou.  
E hoje, no calcanhar da ciência, Formam uma grande potência  
Irrigando o chão que secou.  
Verdade que a seca inda deixa sequela  
Mas foi aprendendo com ela  
Que o nosso nordeste ganhou  
Deixou de viver de uma vez de esmola  
E foi descobrindo na escola A grandeza do nosso valor.”<sup>1</sup>

A ciência é, antes de tudo, ato de esperança. Esperança de que o conhecimento possa iluminar caminhos, transformar realidades e construir pontes entre o que somos e o que podemos ser. Com esse espírito, apresentamos a 28ª edição da Revista do Ministério Público de Alagoas, publicação que agora retorna renovada, não apenas para honrar uma tradição acadêmica, mas para contribuir com uma nova forma de pensar e fazer ciência jurídica no Brasil.

Reconstruir esta revista foi um exercício de persistência. Entre reuniões, estatutos, conselhos e plataformas digitais, entre processos de avaliação científica e trabalhos de editoração, foi preciso antes de tudo acreditar. Acreditar que valia a pena. Esse foi o compromisso assumido pelo Procurador-Geral de Justiça Lean Araújo, pelo Colégio de Procuradores e pelo diretor da Escola

---

<sup>1</sup> Flávio Leandro - poeta e artista da música popular brasileira

Superior Marcus Rômulo, que reuniram pessoas que compreenderam a essência do servir ao público e que insistiram em acender novamente essa luz.

Inspirados em tal movimento, a 28ª edição traz inovação estrutural significativa: organizamos a revista em duas seções distintas, cada uma com propósito próprio, mas ambas unidas pelo mesmo compromisso de reconectar a ciência com a realidade que nos cerca.

A primeira seção apresenta artigos científicos de pesquisadores de todos os recantos do país, submetidos a rigoroso processo de avaliação duplo-cego por pares, conduzido por nosso Conselho Científico. O tema norteador, "O Ministério Público na concretização dos direitos fundamentais", permitiu-nos receber contribuições de excepcional qualidade, abordando desde o controle externo da atividade policial até os cybercrimes contra a dignidade sexual; da aplicação do Formulário Nacional de Avaliação de Risco em casos de violência de gênero às perspectivas do compliance na imputação penal; dos direitos das vítimas no sistema de justiça às políticas públicas de saúde mental; da cultura de integridade municipal à solidariedade intergeracional como dever constitucional.

A segunda seção representa nossa aposta mais ousada: relatos de experiências institucionais bem-sucedidas desenvolvidas pelo próprio Ministério Público de Alagoas, muitas delas premiadas nacionalmente. Não se trata de autopromoção, mas de compartilhar metodologias, aprendizados, problemáticas e resultados concretos que podem inspirar outros atores comprometidos com a transformação social, fomentando novos estudos, críticas, ações, políticas e pesquisas.

O projeto "Recuperação de Ativos", conduzido pelo GAESF, demonstra como a localização e recuperação de recursos desviados por organizações criminosas pode devolver ao Estado os meios necessários para custear serviços públicos essenciais. A iniciativa "MPAL – De Mãos Unidas Contra o Femicídio" estrutura a rede de proteção à mulher em situação de violência, partindo da premissa de que não basta criminalizar condutas, é preciso atuar de forma interdisciplinar, oferecendo acesso à saúde, educação, assistência e profissionalização. E o "Sede de Aprender Brasil" vem transformando a realidade das escolas alagoanas, com amplo reconhecimento nacional, tendo propiciado alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no PNAE. O projeto recebeu premiação do CNMP e tornou-se modelo para atuação de instituições de todo o país.

Esses relatos não são apenas narrativas de êxito. São demonstrações de que ciência desconectada da realidade é estéril, assim como ação sem fundamentação científica é voluntarismo. Pontes de Miranda, glória do pensamento jurídico alagoano, nos deixou vasta obra que ainda hoje inspira gerações de juristas. Seu legado nos ensina que o saber jurídico deve caminhar lado a lado com a humildade, a generosidade e o compromisso com a verdade e a justiça.

Precisamos de ciência que dialogue com a vida real, que aponte não apenas problemas, mas soluções factíveis e equilibradas. Precisamos de produção acadêmica acessível, que não se envergonhe de ser compreendida por quem mais precisa. O conhecimento que não se traduz em transformação concreta permanece como potência não realizada. Recorrendo a Djavan, "se a gente conversar direito, a gente se entende", e é exatamente esse

diálogo entre teoria e prática, entre academia e vida real, que almejamos construir.

A Revista do Ministério Público de Alagoas consolida essa identidade. Publicação comprometida com a excelência acadêmica e a relevância social e local, que honra a tradição do seu povo sem temer a inovação, que respeita o rigor metodológico sem perder a sensibilidade humana. Uma revista que busca ser séria sem hermetismo, profunda sem inacessibilidade, transformadora sem arrogância, construída na certeza de que a cultura e a simplicidade não são opostos, mas aliados necessários na produção de conhecimento seguro e validado.

Desejamos que esta 28ª edição inspire novos pesquisadores, ilumine novas práticas, provoque novos diálogos e posturas. Que demonstre ser possível fazer ciência de qualidade a partir de Alagoas, sobre Alagoas, para o Brasil e para o mundo e reafirme, página a página, que o conhecimento só cumpre seu destino mais nobre quando se coloca a serviço da vida, da dignidade e da esperança. "Há sempre um copo de mar para um homem navegar."<sup>2</sup> Sejam, pois, esse copo de mar, pequeno em dimensão material, mas imenso nas possibilidades que oferece a quem deseja navegar rumo ao conhecimento que transforma.

Boa leitura.

Thiago Chacon Delgado  
Editor-Chefe da Revista e Promotor de justiça do MPAL

---

<sup>2</sup> Jorge de Lima, poeta alagoano (1893-1953).